

A ESTRELA OCULTADA: AS PROBLEMÁTICAS DO JUDAÍSMO NO CEARÁ OITOCENTISTA (ARACATI E FORTALEZA, SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX)

Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior*

Resumo:

Esse estudo tem como objetivo discorrer sobre o fenômeno da imigração franco-judaica que se estabeleceu para o Ceará, ocorrido durante a segunda metade do século XIX, bem como também elaborar uma discussão acerca dos elementos desencadeadores desse fato e das peculiaridades que envolveram os processos de adaptação desses indivíduos na sociedade acolhedora, sobretudo nos aspectos cultural e religioso. As fontes usadas foram as mais diversas: livros de memorialistas, jornais do período, depoimentos de descendentes, bibliografia correlata e iconografia.

Palavras-chave: Imigração Judaica, Capitalismo, Assimilação, Religiosidade Judaica.

Abstract:

This study has as an objective to discuss the phenomenon of the Franco-Jewish immigration that was established for Ceará, which occurred during the second half of the nineteenth century, as well as to elaborate a discussion about the elements that triggering this fact and the peculiarities that involved the adaptation processes of these individuals in welcoming society, especially in the cultural and religious aspects. The sources used were the most diverse: books of memorialists, newspapers of the period, testimonies of descendants, bibliography correlates and iconography.

Keywords: Jewish Immigration, Capitalism, Assimilation, Jewish Religiosity.

Recebido:29/11/2018

Avaliado:10/02/2019

* Graduado em Direito pela UNIFOR – Universidade de Fortaleza (1997), graduado em História pela UECE – Universidade Estadual do Ceará (2015), Especialista em Ensino de História pela Faculdade Farias Brito (2013) e Mestre em História e Culturas pelo MAHIS/UECE (2018), e-mail: eustaquio.junior1@hotmail.com, telefone: 85-99652-4624.

Introdução

Escrever sobre a história dos judeus não é missão fácil. Apesar de muitas pessoas já terem ouvido falar do povo judeu, pairam sempre nuvens de incertezas e preconceitos acerca da identidade e religião judaicas. Dessa forma, e apesar de tudo isso, para um grupo que jamais chegou a representar mais que 1% da população mundial, tal notoriedade não é pequena. Porém, cabe ao historiador manter o distanciamento essencial na pesquisa histórica e não se deixar levar por expressões como: “O povo judeu é o povo eleito de Deus!” ou “Os judeus são deicidas!”¹ ou até mesmo o lugar-comum que afirma “Os judeus são hábeis em lidar com dinheiro!”². Contudo, apesar de todos esses chavões construídos a partir de crenças repetidas à exaustão, pode-se afirmar seguramente que a migração foi uma constante na trajetória desses indivíduos, desde tempos imemoriais. É Brenner³ quem menciona, ao escrever sobre os percursos dos judeus pelo mundo, que eles nem sempre foram um povo errante, mas que, a partir de inúmeros fatores, tornaram-se um povo cujas migrações caracterizaram sua história, em várias épocas e continentes.

No que concerne à presença judaica no Brasil, deve-se levar em conta as dificuldades que envolvem qualquer tipo de baliza cronológica. Mas, apesar disso, é Falbel⁴ quem nos aponta, baseado em recortes históricos, onde se registrou grande entrada de judeus no país, a seguinte periodização:

I – Período Colonial (1500/1808):

1 – 1500/1595 – compreendendo os inícios do estabelecimento dos cristãos-novos⁵ até a Primeira Visitação da Inquisição no Brasil.

2 – 1595/1624 – compreendendo a Segunda Visitação da Inquisição no Brasil (1618/1619) até os inícios da conquista holandesa.

3 – 1624/1654 – compreendendo o período do domínio holandês no Brasil que permite a livre expressão da religião judaica nas regiões onde os batavos dominaram e a criação das primeiras comunidades judias em território nacional: *Tzur Israel* (Recife) e *Magen Abraham* (Maurícia).

¹ Assassinos do Filho de Deus, o Cristo.

² Crença advinda do fato dos judeus terem sido proibidos, durante muito tempo, de exercerem profissões liberais e cargos políticos, restando a usura (empréstimo de dinheiro a juros) e o comércio de determinados bens, como ouro e pedras preciosas.

³ BRENNER, Michael. *Breve história dos judeus*. São Paulo: Martins Fontes, 2013, prefácio.

⁴ FALBEL, Nachman. *Judeus no Brasil: estudos e notas*. São Paulo: Edusp, 2008, p. 25, 26, 27.

⁵ Judeus recém-conversos ao cristianismo.

4 – 1654/1774 – compreendendo a expulsão do invasor holandês e a consequente destruição das comunidades judias. Ao mesmo tempo, a inauguração de uma grande atividade inquisitorial de perseguição aos cristãos-novos em todo o território brasileiro até a política do Marquês de Pombal em relação à Inquisição.

II – Período Imperial (1808/1889):

1 – 1808/1822 – compreendendo a Abertura dos Portos e a consequente liberdade religiosa, e no qual os primeiros judeus, no período contemporâneo, começam a vir ao Brasil até o início da grande migração da África do Norte, na região norte do Brasil.

2 – 1822/1848 – dos primórdios da imigração judaica no século passado até a formação da primeira comunidade organizada, a Associação Israelita *Shel Guemilut Hassadim*, no Rio de Janeiro.

3 – 1848/1889 – compreendendo a imigração dos países da Europa Ocidental e Central devido às revoluções de 1848 e a decorrente da Guerra Franco-Prussiana até a Proclamação da República.

III – Período Republicano (1889 até nossos dias):

1 – 1889/1904 – compreendendo a imigração de 1891 e os projetos de colonização dos inícios da República, sem mencionar os anteriores, e os inícios da *Jewish Colonization Association*⁶, no Rio Grande do Sul.

2 – 1904/1914 – compreendendo os inícios da colonização JCA (*Jewish Colonization Association*), em 1904, em Philippon; a colonização agrícola no interior promovida pelo governo do Estado de São Paulo em Nova Odessa, Jorge Tibiriçá e Campos Salles, em 1905, e a imigração da Europa Ocidental.

3 – 1914/1933 – compreendendo a grande corrente imigratória da Europa Oriental e a formação das instituições comunitárias (religiosas, beneficentes, sociais, culturais, educacionais) nos diversos Estados do país.

⁶ Essa iniciativa é creditada ao mago das finanças e dono de uma fortuna fabulosa, erigida em grande parte da construção ferroviária, o Barão Moritz von Hirsch (1831-1896), que ainda hoje é considerado o maior filantropo judeu de todos os tempos. Ele também deu ímpeto à imigração judaica para a América do Norte e do Sul e desenvolveu as primeiras colônias agrícolas judaicas em um tempo no qual a presença judaica era virtualmente inexistente no Hemisfério Sul.

4 – 1933/1945 – compreendendo a imigração dos judeus dos países de língua alemã (ascensão do nazismo) e italianos fugidos do fascismo; as transformações políticas internas do país e suas consequências em relação aos judeus; a integração cultural da segunda geração de imigrantes, etc.

5 – 1945/1957 – compreendendo a imigração pós-guerra, a formação do Estado de Israel e a nova imigração do Egito e Hungria (decorrente da Guerra do Sinai em 1956 e o Levante da Hungria). A modificação política interna com a queda da ditadura de Getúlio Vargas; a ascensão econômico-social com o desenvolvimento do país a partir da Segunda Guerra Mundial.

6 – 1957 até hoje – a nova comunidade e o ingresso de novos imigrantes vindos de países da América Latina e de outros lugares e sua caracterização.

Tendo em vista a periodização anterior, esse *paper* discute a mencionada imigração judaica do recorte que vai de 1848 a 1889, especialmente a ocorrida na então Província do Ceará. Cabe também lembrar que esse fenômeno não pode ser discutido de forma desvinculada das histórias mundial e europeia, onde se busca entender os processos políticos, econômicos e culturais atrelados a esse contexto.

A Modernidade e o Sonho de “Fazer a América”

Levando-se em consideração o deslocamento de alguns israelitas para o Ceará da segunda metade do século XIX, uma série de perguntas pode ser suscitada: o que levou esses judeus alsacianos a se radicarem em Aracati e Fortaleza? Buscavam alternativas ao panorama desenhado à época, em sua terra natal? Possuíam parentes ou amigos já estabelecidos no Ceará? Vieram para trabalhar em que tipo de atividade econômica?

Esses questionamentos puxam o fio de um novelo complexo e que remonta ainda à segunda metade do século XIX, época de imensas transformações nos meios de produção, nas relações de trabalho, nas trocas comerciais, na evolução tecnológica e nas correntes migratórias. Para desenvolver a narrativa que tenta explicar esses desdobramentos, faz-se necessário contextualizar toda essa gama de mudanças mencionadas. As palavras de Hobsbawm podem servir de mote para o início da compreensão desse período, onde a fé nas ciências e a forte crença num porvir promissor alimentaram otimismo:

[...] O passado irrecuperável constitui um desafio aos bons historiadores, cientes de que ele não pode ser entendido em termos anacrônicos, mas encerra, também, a enorme tentação da nostalgia. Os menos observadores e mais sentimentais tentam constantemente retomar os encantos de uma era que as lembranças das classes alta e média tenderam a ver através de uma névoa dourada: a assim chamada *belle époque*, ou “bela época”. Naturalmente, esse enfoque agradou aos produtores de espetáculos e mídia, os figurinistas e outros fornecedores dos consumidores muito ricos. Talvez seja esta a versão do período com mais chances de ser conhecida do público pelo cinema e pela televisão. Ela é totalmente insatisfatória, embora sem dúvida capte um aspecto altamente visível do período que, afinal de contas, introduziu termos como “plutocracia”⁷ e “classe ociosa”⁸ no discurso público. Pode-se debater sobre se essa abordagem é mais ou menos inútil que a dos autores ainda mais nostálgicos, porém intelectualmente mais sofisticados, que esperam provar que o paraíso perdido poderia não ter sido perdido, se não fosse por erros evitáveis ou acidentes impossíveis de prever, sem os quais não teria havido Guerra Mundial, Revolução Russa ou qualquer dos acontecimentos considerados responsáveis pela perda do mundo anterior a 1914⁹.

O trecho destacado acima revela a permanência e o impacto, no imaginário mundial, do termo *belle époque* e do período ao qual se refere. Certamente esse termo é controverso, e essa chamada “bela época” comportava problemáticas mascaradas ou atenuadas pelo otimismo reinante. Mas não se pode negar a relevância das mudanças ocorridas nesse contexto (1860/1914). Sem dúvida, a partir de meados do século XIX, os excedentes de capital acumulado começaram a incrementar ciclos econômicos e fortes processos de industrialização, sobretudo na Europa Ocidental.

O referido autor também aponta para o fato de ser o século XIX uma cria direta das Revoluções Burguesas: a Francesa e a Industrial. O pensamento liberal econômico de Adam Smith¹⁰ e as novas ideias políticas que seduziram a todos com as noções de autonomia, liberdade e iniciativa, geraram uma era propícia a mudanças e novidades. A conjunção desses fatores criou um profundo gosto pelo moderno, que se traduziu numa materialidade e simbolismo de forte impacto no período. A Inglaterra e a França, como duas das nações que assumiram a vanguarda nesse processo modernizador e industrial, ajudaram a forjar a marca de um novo tempo, calcado na busca pelo progresso, sobretudo nas camadas burguesas.

Esse desejado progresso trazia a articulação de duas forças vitais e intrinsecamente ligadas: “modernização” e “civilização”. O conceito de “modernização” pode ser tomado a partir das ideias de Berman¹¹ e possui três aspectos complementares:

⁷ Influência do dinheiro, preponderância de indivíduos ricos.

⁸ Elite ou classe superior.

⁹ HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios – 1875/1914*. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 23.

¹⁰ Economista escocês fundador do liberalismo econômico, liberalismo esse que pregava o livre comércio e a intervenção mínima do Estado nas trocas comerciais.

¹¹ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*: a aventura da modernidade. Tradução de Carlos Felipe Moisés; Ana Maria Ioriatti. 15. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HISTÓRIA E CULTURAS

Revista Eletrônica do Mestrado Acadêmico em História da UECE.

é um processo histórico de acumulação de capitais nas mãos de grupos burgueses; é um projeto de transformação material de costumes e usos, além de grandes modificações na paisagem das cidades; é o resultado de dinâmicas sociais que favoreceram ou dificultaram os investimentos das elites em diversos setores, bem como envolveu também as estratégias e respostas das camadas mais pobres a essas mudanças.

Já o conceito de “civilização” pode ser ilustrado através da visão de Starobinski, que chama a atenção para o fato de que esse conceito não mais se liga a uma ação, e sim a um estado. “Civilização” não seria mais um devir, mas algo que:

[...] carregado de sagrado demoniza seu antônimo. A palavra civilização, se já não designa um fato submetido a julgamento, mas um valor incontestável, entra no arsenal verbal do louvor ou da acusação. Não se trata mais de avaliar os defeitos ou os méritos da civilização. Ela própria se torna o critério por excelência: julgar-se-á em nome da civilização. É preciso tomar seu partido, adotar sua causa. Ela se torna (o critério por excelência) motivo de exaltação para todos aqueles que respondem ao seu apelo; ou, inversamente, fundamenta uma condenação; tudo que não é civilização, tudo que lhe resiste, tudo que a ameaça, fará figura de monstro ou de mal absoluto¹².

Diante disso, vê-se que a vontade inexorável dessas elites de buscarem a “modernização”, a “civilização” e a distinção, fez parte de um panorama maior, panorama esse que tomava forma já há algum tempo: o “processo civilizador capitalista”. Esse processo civilizador seria aquele demonstrado por Elias, onde, desde meados do final da Idade Média, a Europa Ocidental experimentara uma domesticação dos modos, um cerceamento dos comportamentos cada vez mais acentuado, vindo a desaguar na sociedade burguesa dos séculos XIX e XX. Ele afirma que esse processo de civilização:

[...] refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como os homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma “civilizada” ou “incivilizada”. Daí ser sempre difícil sumariar em algumas palavras o que se pode descrever como civilização. Mas se examinarmos o que realmente constitui a função geral do conceito de civilização, e que qualidade comum leva a todas essas várias atitudes e atividades humanas a serem descritas como civilizadas, partimos de uma descoberta muito simples: este conceito expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. Poderíamos até dizer: a consciência nacional¹³.

¹² STAROBINSKI, J. **As máscaras da civilização**: ensaios. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 32.

¹³ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história de costumes e formação do Estado e civilização. Tradução de Ruy Jungmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 24.

A esse “processo civilizador” juntaram-se as práticas de produção e trocas do que veio a se chamar “capitalismo”. Desse modo, a burguesia “civilizada”, o Estado-Nação¹⁴ e o capital forjaram as estruturas sociais, políticas e econômicas do século XIX. Essa transformação é percebida através das novas relações que se estabeleceram, alterando as dinâmicas comerciais e sociais do período. O capitalismo pode ser caracterizado pela definição que Jessua dá a ele:

[...] esse sistema econômico define-se pela apropriação privada dos meios de produção; pela coordenação de decisões por meio de troca, em outros termos, pelo mercado; finalmente pela acumulação de capitais através de instituições financeiras, ou seja, pelo crédito¹⁵.

Os apelos desse “processo civilizador capitalista” reverberaram fundo nas pretensões burguesas. Os cenários urbanos se modificaram em definitivo, no esteio desse processo: fábricas e suas chaminés projetaram-se no horizonte, grandes massas de pessoas acotovelavam-se nas ruas e calçadas, novos projetos arquitetônicos e urbanísticos surgiram nas cidades, novidades tecnológicas “aceleraram” o cotidiano.

Contudo, não foi só a lógica produtiva e os cenários urbanos que se alteraram nesse período: há o surgimento também de uma forte cultura do consumo. Para MacCraken¹⁶, houve três momentos decisivos para a história da formação do hábito de consumir: o primeiro deles teria ocorrido no século XVI, na Inglaterra. Elizabeth I¹⁷ estimulava os nobres a consumir como sinônimo de traço de distinção. Isso acabou por alterar as dinâmicas sociais de então. Num segundo momento, por volta do século XVII, houve um forte apelo da moda em relação ao consumo dos tecidos chita e musselina. Tal fato ocasionou uma mudança nas demandas de importação desse país, bem como em relação à produção doméstica. Por último, por volta do século XVIII, o “mundo dos bens” teria se expandido de tal forma a ponto de levar a uma naturalização das práticas de consumo. Seria o princípio de uma forte competição social, onde os membros da sociedade inglesa esforçavam-se para galgar escalas dentro de uma lógica de mobilidade vertical. Essa hierarquia estava intrinsecamente ligada à capacidade de consumo. Era a consolidação de uma sociedade capitalista de classes calcada na renda e no consumismo.

¹⁴ O Estado-Nação; segundo sua própria denominação esclarece, tem o Estado como seu elemento constituinte fundamental. É o principal resultado político da consolidação do Capitalismo. Este, no plano econômico, deu origem ao capital e às demais instituições fundamentais ao regime.

¹⁵ JESSUA, Claude. **Capitalismo**. Porto Alegre: LP & M, 2011, p. 9.

¹⁶ MACCRACKEN, Grant. **Cultura e consumo**: novas abordagens do caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

¹⁷ Elizabeth I reinou na Inglaterra renascentista. Durante boa parte do século XVI, foi responsável por um período de grande crescimento econômico e cultural, além de ter aumentado a importância política desse reino.

HISTÓRIA E CULTURAS

Revista Eletrônica do Mestrado Acadêmico em História da UECE.

Desse modo, a Revolução Industrial e o consumo como traço de distinção causaram mudanças nos comportamentos sociais. A expansão do capitalismo pelo mundo se deu por uma crescente rede de trocas que alcançou inúmeros mercados. Sendo assim, a produção, a distribuição e o consumo ditaram as regras de uma engrenagem que se tornava mundial. Uma cultura burguesa, urbana e comercial, passou a se expandir. Diante do panorama do aumento da produção de bens de consumo, ocorre também uma busca por novas estratégias para o escoamento e venda desses manufaturados. No contexto dessa nova cultura burguesa e capitalista que emergia, surgem as chamadas Exposições Universais. Esses eventos tinham como objetivo divulgar e expor os mais diferentes produtos e tecnologias disponíveis à época. Inglaterra e França estiveram na dianteira da organização e estímulo dessas feiras da modernidade.

Além da estratégia de participar e sediar Exposições Universais, o governo francês da segunda metade do século XIX passou a estimular a fundação de casas comerciais importadoras e exportadoras, pois o crescente parque industrial europeu demandava pelas matérias-primas da Ásia, África e Américas. Dentro dessa lógica, firmas eram estabelecidas nas principais cidades francesas, geralmente matrizes, e filiais eram fundadas do outro lado do Atlântico. Isso facilitava as transações comerciais que envolviam o envio de manufaturados e a importação de algodão, couros, palhas e outros gêneros. A célebre casa *Boris Frères*, existente em Paris e Fortaleza, no Ceará, atuou dessa maneira. Esses comerciantes muitas vezes também eram agentes consulares. Tal fato ajudava na troca de informações acerca das necessidades comerciais que envolviam matrizes europeias e filiais sul-americanas. É Takeya quem menciona a atuação dessa casa comercial:

Consideramos que a partir de meados do século XIX houve uma expansão comercial francesa para o Brasil que deve ser entendida no marco da Divisão Internacional do Trabalho, que então se estruturava. Nesse processo, as casas comerciais importadoras e exportadoras francesas tiveram uma importância fundamental, ao materializarem essa expansão. A casa *Boris Frères*, em particular, foi uma expressão dessa importância. Devido, por um lado, às especificidades do espaço em que atuou e, por outro, a sua própria estruturação como casa comercial estrangeira, pôde estabelecer sua hegemonia nesse mesmo espaço¹⁸.

Para além de todas essas mudanças nos meios de produção, na tecnologia, no consumo e nos cenários urbanos, houve uma alteração também nas dinâmicas laborais e no fluxo de pessoas. O mundo do século XIX era um mundo mais densamente

¹⁸ TAKEYA, Denise Monteiro. **Europa, França e Ceará**: origens do capital estrangeiro no Brasil. Natal: UFRN Universitária, 1995, p. 18.

povoado. Segundo Hobsbawm¹⁹, estimativas da segunda metade desse século apontavam para uma população mundial de, aproximadamente, 1,5 bilhão de pessoas. A população europeia, por volta de 1880, era de 430 milhões de pessoas. Tal contingente foi tragado pela maré de novidades e alterações trazidas no bojo de uma economia que se mundializava. Nesse contexto, a imigração tornou-se a solução para diversas problemáticas que se acentuaram com o advento dessas novas formas de viver e trabalhar. Essa imigração em massa, sobretudo para as Américas, foi responsável por um salto populacional nesse Continente, salto esse que foi de 30 milhões de pessoas, para 160 milhões, num espaço de 100 anos (entre 1800 e 1900).

E foi nesse período, notadamente ao longo do século XIX, que os judeus europeus começaram a passar por um processo de emancipação mais generalizado. As primeiras propostas teóricas acerca dessa emancipação surgiram na Prússia: éditos moderados foram expedidos por autoridades austríacas, embora tenha sido na França onde essas mudanças ocorreram primeiro, cita Brenner²⁰. Diante desses fatos, os judeus passaram a sentir-se duplamente identificados: agora eram judeus e franceses ou judeus e alemães. Isso trazia novas problemáticas, como o tema da assimilação²¹. Nesse contexto, a maioria dos judeus estava disposta a aculturar-se, porém, sem jamais abandonar o judaísmo. Sendo assim, os judeus europeus do século XIX passaram a ver a si mesmos, pela primeira vez, como franceses, alemães ou ingleses. Desse modo, as mudanças ocorridas ao longo do século XIX não disseram respeito somente ao ordenamento jurídico, mas afetaram também os modos de vida dos judeus. Em duas ou três gerações, grande parte de uma população rural composta de mascates, penhoristas e negociantes de gado, incorporou-se a uma burguesia urbana que lidava principalmente com o comércio de atacado e varejo, menciona o autor anteriormente citado. Esses desdobramentos criaram duas tendências reformistas dentro das comunidades judaicas europeias: uma ligada a um judaísmo de cunho mais liberal, a outra ligada a uma corrente mais ortodoxa religiosa.

A França das últimas décadas do século XIX abrigou uma das maiores populações judaicas do período. Tal fato está relacionado com a emancipação pioneira ocorrida ainda durante a Revolução Francesa²². A tabela a seguir ilustra em números o tamanho dessa população:

¹⁹ HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios – 1875/1914*. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

²⁰ BRENNER, Michael. *Breve história dos judeus*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

²¹ Perda da identidade judaica dentro de uma cultura gentia (não-judaica).

²² O *Código Napoleônico*, do início do século XIX, preservou as conquistas emancipatórias e republicanas da Revolução Francesa, tornando a todos, inclusive os judeus, cidadãos plenos.

HISTÓRIA E CULTURAS

Revista Eletrônica do Mestrado Acadêmico em História da UECE.

Tabela 1 – Países com as maiores comunidades judaicas, por volta de 1898

Países	População
Rússia	5,7 milhões
Áustria-Hungria	1,9 milhão
Estados Unidos	1 milhão
Alemanha	568 mil
Império Otomano	466 mil
Romênia	300 mil
Marrocos	150 mil
Etiópia	120 mil
Reino Unido	100 mil
Holanda	97 mil
França	72 mil
(mais Marrocos francês e Tunísia)	93 mil

Fonte: DASHEFSKY, A. and SHESKIN, I. (eds.). **American Jewish Yearbook 2013:** the annual record of the North American Jewish Communities. DOI 10. 1007/978-3-319-01658-0_1, Springer International Publishing Switzerland, 2014.

Observando-se a tabela anterior, percebe-se que a França Continental, não se considerando os territórios do Marrocos e da Tunísia, abrigava uma população de 72 mil judeus. Desse total, muitos viviam no Departamento (espécie de Província) da Alsácia-Lorena. O que se convencionou chamar de Alsácia-Lorena é uma região composta pela totalidade da Alsácia, que hoje é dividida em dois Departamentos: o Baixo Reno e o Alto Reno, cujas cidades mais importantes são Estrasburgo e Mulhouse, respectivamente, e por um quarto da Lorena, que compreende o Departamento da Mosela, cuja cidade principal é Metz, menciona Coelho²³. Os outros três quartos da Lorena, que têm a cidade de Nancy como principal núcleo urbano, são inteiramente franco-franceses. Ao contrário do que ocorre na Alsácia, onde tudo parece alemão. Essas populações alsacianas são de origem germânica e ainda hoje falam uma língua regional que é um dialeto do idioma alemão. Do século XVII até o advento da Guerra Franco-Prussiana, em 1870, a região esteve ligada à França. O domínio francês sobre essa região foi interrompido após a derrota do exército francês para o prussiano, no ano já enunciado.

²³ COELHO, Ricardo C. **Os franceses**. São Paulo: Contexto, 2007.

Desse modo, e voltando aos judeus residentes na Alsácia-Lorena do período (cerca de 41 mil pessoas, em 1871), sabe-se que a derrota da França para a Prússia significou não só a perda desse território, mas também a submissão ao vencedor e a obrigatoriedade de prestar serviço militar ao exército alemão. Além disso, esses judeus alsacianos acabaram, inclusive, por perder os direitos emancipatórios conquistados na França, desde meados da Revolução de 1789. Com a perda desses direitos, os judeus da região tornaram-se, novamente, objeto de humilhações. Tal situação os forçou a migrarem para Paris, Marselha, Lyon e Lille²⁴. Após algum tempo, um novo clima antissemita²⁵ acabou por empurrar essas populações em direção a outros espaços de refúgio, como os Estados Unidos e o Brasil, cita Fausto²⁶.

Desse modo, a família judia dos Meyer²⁷, moradores da cidade de Marmoutier, na Alsácia, teve que viver à sombra da modernidade e do domínio alemão. Um dos jovens membros dessa família chamava-se Myrtil Meyer. Dos cinco filhos, apenas Myrtil encarou a aventura imigratória. Foi levado a isso por conta da perspectiva de servir ao Exército Alemão, em 1897. Além disso, seu pai tinha planos de torná-lo o sucessor do rabino²⁸ local, atividade para a qual Myrtil não demonstrava pendor, segundo a descendente Heloísa Meyer (84 anos, servidora pública aposentada, neta mais velha de Myrtil Meyer). É a fala da neta que ilustra as razões presentes na imigração do avô:

Porque como ele era o filho mais velho e ele tava (sic) com uns dezenove anos, o pai dele disse: “Olha, você tem duas coisas para fazer... Ou você vai para fazer o serviço militar com o Exército Alemão...” E o vovô disse: “Eu não quero! Eu sou alsaciano, francês!” [...] Aí ele: “E também não quero ser rabino!”. Aí meu bisavô disse: “Então você vai pra escola de rabinos!”. E o vovô disse: “Não, eu vou para o Brasil!”. Onde tinham aqui dois irmãos da “grand mère²⁹”: o tio Henrique (Henri), que eu conheci bem velhinho, e o tio Myrtil (Myrthille)... O Myrtil voltou pra (sic) Alsácia e o tio Henrique morreu aqui... O vovô tratava o tio Henrique assim (gesto de mão indicando bom tratamento)³⁰.

Percebe-se, assim, que Myrtil não desejava cumprir os desígnios traçados pelos projetos paternos. A presença de dois irmãos de sua mãe em Aracati determinou os caminhos de sua aventura imigratória. Esses rapazes Levy, muito provavelmente,

²⁴ Grandes e prósperas cidades do território francês.

²⁵ É Brenner (2013) quem menciona, ao falar do antissemitismo europeu, que ele despontou, na segunda metade do século XIX, não em Berlim, mas em Viena, na Áustria. Lá, esse sentimento de ódio aos judeus havia começado em certos seguimentos políticos, mais tarde migrando para setores da sociedade. Também na França o sentimento antijudaico tinha raízes profundas, que não alcançavam somente as camadas mais retrógradas. Em Paris, diante do escândalo montado em torno do oficial franco-judeu Alfred Dreyfus (1895), muitos judeus começaram a perceber isso: acusado de alta traição, Dreyfus foi degradado em cerimônia pública e exposto ao ódio das massas. Depois de anos de controvérsia, a inocência do militar foi finalmente provada e ele foi reabilitado.

²⁶ FAUSTO, Boris. *Negócios e Ócios: história da imigração*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

²⁷ Informações colhidas da árvore genealógica dos Meyer (acervo particular de Lucile Mathilde Meyer Ferreira da Nóbrega).

²⁸ Principal autoridade religiosa de uma comunidade judaica.

²⁹ Bisavô.

³⁰ FACÓ, Heloísa Meyer Alves. **Heloísa Meyer Alves Facó**: depoimento [abr. 2012]. Entrevistador: Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior. Fortaleza: 2012. Arquivo em MP3.

devem ter imigrado para o Ceará também por conta da Guerra Franco-Prussiana. Eram um pouco mais velhos do que ele, que chegou em 1897, aos dezenove anos, segundo Heloísa Meyer (já qualificada).

Outra família judia desse contexto, os Klein, originários da cidade de Quatzenheim, na Alsácia, também viveu a problemática da anexação alemã. Os pais de Jacques, nascidos e criados em Quatzenheim, eram Lamdu Klein (o pai) e Franny Klein (a mãe). O casal teve dois filhos: Jacques Klein (1851/1918) e Joseph Klein (1852/?). É Antônio Carlos Klein Filho (46 anos, juiz de direito, sobrinho-bisneto de Jacques Klein) quem ilustra a trajetória desse seu antepassado, quando indagado sobre as razões que levaram Jacques Klein a vir para o Ceará:

Eu acredito que as duas coisas, né? A Guerra Franco-Prussiana é da década de 1870, ele vivia na Alsácia, que era uma região de fronteira, ele como bom judeu (risos) era comerciante... E ele deve ter ouvido falar da prosperidade do comércio de exportação de algodão e de cera de carnaúba, não é? E foi provavelmente algum amigo, algum contato que ele soube que estava prosperando aqui e isso o atraiu para o Ceará, para o Aracati. Eu acho isso interessante... Eu vejo que as famílias cearenses de raízes estrangeiras, europeias, elas têm essa característica em comum... As que vieram no século XIX... E todas as demais, elas tinham... Eram daquela região. Então com os judeus que foram pro Aracati ocorreu uma característica similar. Alguém deve ter dito: "Olha" – deve ter chegado essa conversa na vila – "Olha, meu primo foi pro Brasil e está se dando muito bem com exportação!", e aquilo atraiu aqueles mais aventureiros e eles refletiram: "Eu tô (sic) vendo aqui que meu futuro não vai ser muita coisa, eu vou me aventurar no Brasil!". E os que vieram, prosperaram, não é? Todas essas famílias, não só os Klein, como os Mirtyl Meyer, os Gradvohl...³¹

Quando inquirido sobre a data exata da vinda de Jacques Klein ao Brasil, o depoente acima não a soube precisar. Porém afirmou, segundo o que seu avô e outros parentes diziam, ter sido durante a década de setenta do século XIX:

Esse veio nos anos 1870 (Jacques Klein) e esse daqui, que é o meu avô (Henri Klein)... Ele veio na segunda década do século XX. Esse aqui (Jacques) casou com a Caetana Porto e esse aqui (Henri) com a Luísa Pinheiro. E esse aqui (Jacques) faleceu em 1918.³²

A terceira e última família, aqui pesquisada, foi a dos Gradvohl, igualmente originária da Alsácia-Lorena. Um dos milhares de comissários (espécie de agentes comerciais) franceses da época era o judeu alsaciano Gerson Gradvohl. Segundo seu descendente, Roger Gradvohl (43 anos, empresário), seu antepassado esteve no Ceará, com frequência, pelo menos desde 1864. Sua fala ilustra essa trajetória:

³¹ FILHO, Antônio Carlos Pinheiro Klein. **Antônio Carlos Pinheiro Klein Filho**: depoimento [mar. 2016]. Entrevistador: Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior. Fortaleza: 2016. Arquivo em MP3.

³² Idem.

HISTÓRIA E CULTURAS

Revista Eletrônica do Mestrado Acadêmico em História da UECE.

Ele veio para o Brasil em 1864 e era de Mulhouse, uma cidade da Alsácia-Lorena, perto de Estrasburgo [...] Mas realmente ele veio para pesquisar os produtos daqui que serviam para a exportação para a França, naquela época: a cera de carnaúba, o chifre de boi (de onde se faziam botões), o óleo de mamona (que servia para a indústria) e o algodão”³³.

Percebe-se que, pela descrição das atividades do antepassado pelo descendente, Gerson Gradwohl atuava como comissário a mando das indústrias de Mulhouse. Mais tarde, esse judeu alsaciano iria fixar-se definitivamente na Província do Ceará, tendo negócios em várias praças comerciais da região, provavelmente em virtude da Guerra Franco-Prussiana, pois estabeleceu firmas importadoras e exportadoras em Camocim, Sobral, Aracati e Fortaleza, a partir dos anos de 1870, segundo menciona seu bisneto.

Sendo assim, chegaram esses judeus franceses às plagas do Ceará. De certa forma, corroboraram o mito criado pelos católicos do “judeu errante”, condenado a vagar pelo mundo até a vinda do segundo Cristo³⁴. Esse novo país trazia uma série de desafios a esses recém-chegados. Segundo Seyferth³⁵, as problemáticas iniciais enfrentadas por todo emigrante envolvem a questão da “assimilação/aculturação”. Essa “assimilação” surge em decorrência das mudanças e conflitos enfrentados pelos emigrantes nas dinâmicas de inserção numa outra cultura e sociedade. No caso dos imigrantes europeus, muitas vezes essa “assimilação” tornou-se um conceito mais genérico e sinônimo de “americanização” ou “abrasileiramento”, sobretudo nos processos onde ocorria uma efetiva integração cultural e social, especialmente a partir da segunda geração, onde a transferência dos ideais nacionais e lealdades políticas migravam para o país adotado.

Contudo, a “assimilação” sempre é um processo bilateral, onde, embora prevaleçam os padrões do grupo majoritário (país adotado), implica também uma seleção de dados e eliminação de outros por parte do grupo adventício (emigrantes). Dessa forma, o conceito de “assimilação” leva à discussão de outros pertinentes ao tema do processo de inserção social de emigrantes: o da “identidade” e o da “etnicidade”. É Lesser³⁶ quem frisa, ao fazer referência ao conceito de “identidade”, que o mesmo não significa a adoção de uma identidade nacional única e estática, onde

³³ GRADVOHL, Roger. **Roger Gradwohl**: depoimento [nov. 2016]. Entrevistador: Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior. Fortaleza: 2016. Arquivo em MP3.

³⁴ O mito do judeu errante foi criado pelos católicos, que consideravam os judeus como deicidas (assassinos do Filho de Deus), e, portanto, teriam sido castigados com a sina de vagarem pelo mundo sem pouso certo. Na realidade, tal mito serviu, durante muito tempo, para ocultar e justificar as dificuldades enfrentadas por esses povos e concernentes às perseguições vividas na Europa Oriental e na Rússia, ao sentimento de estranheza e desconforto sentido pelas minorias judaicas perseguidas em meio a uma maioria cristã e ao horror do extermínio causado pela *Shoá* (Holocausto).

³⁵ SEYFERTH, Giralda. A dimensão cultural da imigração. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, n. 77, out. 2011.

³⁶ LESSER, Jeffrey. **A invenção da brasilidade**: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração. Tradução de Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: UNESP, 2015.

emigrantes e cidadãos são peremptoriamente inseridos. Pelo contrário, os emigrantes e seus descendentes se beneficiariam ao serem portadores de uma identidade hifenizada (teuto-brasileiros, franco-brasileiros, nipo-brasileiros, franco-judeus, nipo-americanos, etc.), ou seja, por serem oriundos de outras matrizes culturais carregariam uma identidade mista, que possui elementos pré-migratórios e pós-migratórios. Seriam definidos então por uma “identidade” híbrida.

Já no que se refere ao conceito de “etnicidade”, menciona o já referido Lesser que o mesmo seria, num primeiro momento, associado a uma combinação entre “raça” e “nação”. Com o tempo, esse conceito foi ampliado e passou a abranger elementos como língua, comida, organização social e religião. Porém, mais recentemente, ambos os conceitos (“identidade” e “etnicidade”) passaram a ser vistos como construções históricas, e não heranças engessadas e recebidas como parte de algum tipo de essência cultural ou biológica.

No caso específico dos judeus, essas questões que envolvem “identidade” e “etnicidade” possuem particularidades. Mas, afinal, o que é ser judeu? É algo que é definido pela religião? Pela etnia à qual pertencem? Por uma herança ancestral comum? É Neusner³⁷ quem afirma ser a primeira e fundamental definição da “identidade/etnicidade judaica” o fato de estar relacionada à comunidade dos fiéis que creem que a narrativa das escrituras hebraicas do Antigo Israel refere-se a eles. Seriam aqueles para quem a outorga e a aceitação do Monte Sinai mantêm um elo contínuo e inquebrável. São os eternos defensores da Torá (livro sagrado dos judeus), a quem compete demonstrar às demais nações que Deus é a Fonte e o Provedor de todas as bênçãos.

Outra explicação importante, ainda segundo Neusner, diz respeito à ideia de grupo étnico constituído por identidade comum de destino e não apenas definido pela fé em comum. Ou seja, o indivíduo pode ser considerado judeu, mas não necessariamente praticante do judaísmo. Pertence ao povo de Israel, mas pode ser adepto de qualquer outra religião, ou até mesmo ser ateu. Tal ponto de vista recebe muitas críticas por considerar como judeu mesmo quem abandona o judaísmo.

E por último, de acordo com Sorj³⁸, há o critério da matrilinearidade, que é uma das referências no que tange à definição de ser judeu. Em outras palavras: é judeu quem nasce de mãe judia. Porém, apesar de todas essas visões em relação ao que

³⁷ NEUSNER, Jacob. **Introdução ao Judaísmo**. Tradução de Heliete Vaitsman. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

³⁸ SORJ, Bernardo. **Judaísmo para todos**. Lisboa: Cotovia, 2010.

define um indivíduo judeu, ainda cabe ao rabinato ortodoxo ligado ao Moderno Estado de Israel a última palavra sobre esse tema, embora correntes modernas adotem princípios mais flexíveis.

Diante de tudo isso, percebe-se que a pertença à religião ou à origem judaicas traz uma miríade de características, problemáticas e especificidades, acrescidas (nos casos aqui estudados) ao fato de virem de outro Continente e possuírem também uma matriz cultural francesa. Os indivíduos judeus analisados nesse trabalho certamente tiveram que lidar e improvisar com muitas questões surgidas no confronto com a sociedade acolhedora. Desse modo, ser judeu no Ceará daquele contexto envolveu inúmeras dificuldades: aprender uma nova língua, familiarizar-se com novos costumes, comer alimentos distintos dos de sua terra de origem, fazer-se respeitar na nova comunidade na qual ingressavam, professar uma religião que não era a de quase ninguém.

Outra questão bastante relevante foi a da prática religiosa. Os laços de conterraneidade e etnicidade permaneceram entre esses indivíduos fixados no Ceará, mas a vida religiosa teve que acatar improvisos. Não havia uma comunidade robusta o suficiente para a instituição de uma sinagoga³⁹ (templo religioso judaico). Dessa forma, sem sinagoga, centro cultural e religioso da vida no judaísmo, tornou-se difícil preservar e manter muitos costumes. Desse modo, os rituais não ocorriam em público, mas no privado. Houve também uma dificuldade em se obter alimentos preparados segundo os preceitos do judaísmo (comida *kosher*). Enfim, certas características de suas comunidades de origem foram se diluindo nas novas formas de vida. Quanto a isso, é a fala do sobrinho-bisneto de Jacques Klein, Antônio Carlos Pinheiro Klein Filho (já qualificado) que esclarece quanto à prática religiosa de seu avô, sobrinho de Jacques Klein:

Meu avô, ele mantinha, apesar de eu não vê-lo muito religioso... Ele nunca se converteu (ao catolicismo) e ele mantinha... Ele, no privado, ele rezava, fazia suas orações... [...] Mas ninguém ouvia porque ele sussurrava. Meu pai dizia que ele sussurrava lá e pronto. Mantinha lá a sua fé... Mas não tenho conhecimento e nunca ouvi falar de uma sinagoga fundada por esse grupo⁴⁰.

³⁹ O termo "sinagoga" significa lugar de reunião e deriva do hebraico *beit ha-knesset*. Segundo especialistas, a instituição sinagoga surgiu durante o exílio dos judeus na Babilônia, por volta do século VI a.C. como resposta à ausência do Templo de Jerusalém. Ao longo da história, o papel da sinagoga dentro da religião judaica cresceu, a ponto de ocupar hoje lugar de destaque em todas as comunidades.

⁴⁰ FILHO, Antônio Carlos Pinheiro Klein. **Antônio Carlos Pinheiro Klein Filho**: depoimento [mar. 2016]. Entrevistador: Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior. Fortaleza: 2016. Arquivo em MP3.

Enfim, a adaptação desses indivíduos foi complexa e envolveu estratégias e negociações. O que se constata é que, após algum tempo e já estabelecidos em terras cearenses, esses alsacianos se converteram em fomentadores das complexas teias comerciais existentes no período.

Diante do que até aqui foi exposto, cabe ressaltar que a cidade de Aracati (bem como outras cidades portuárias do período, como Fortaleza), apesar de não muito populosa e de modestas dimensões, foi palco de um dinamismo comercial notável no recorte que vai de 1860 a 1930. No tocante ao seu comércio, verifica-se que, ao longo da segunda metade do século XIX, uma série de estabelecimentos comerciais capitaneados por europeus, especialmente judeus franceses, foram sendo instalados. Segundo Takeya⁴¹, tais empórios comerciais surgiram devido à forte atração que a cidade de Aracati exerceu sobre essas casas comerciais francesas, que vieram aqui estabelecer-se. Embora no século XIX estivesse em curso o processo de hegemonia de Fortaleza, Aracati continuou a ter importância, naquele contexto.

No que tange a essas casas comerciais, pode-se destacar a *Gradvohl Frères* (1872⁴²), a *Benoit Lévy* (1872), a *George Jacob e Gustave Habsreuttinger* (fundada em 1875 e conduzida por um parente dos também judeus Jacob de Parnaíba), a *J. Klein e Figueiredo* (fundada entre 1875 e 1879), dentre outras. Todas foram consolidadas entre as décadas de 1870 e 1880, o que só corrobora a tese, defendida aqui, do contexto da Guerra Franco-Prussiana alimentando essas emigrações. Quanto à *Gradvohl Frères*, administrada por Gerson Gradvohl e seus irmãos, é Takeya, já mencionada, quem mais uma vez ilustra que a referida firma funcionava em Paris desde 1868, pelo menos no comércio de tecidos e artigos de armarinho, e que sua única filial foi estabelecida na província do Ceará, inicialmente na cidade de Aracati⁴³ e, em seguida em Fortaleza. Segue abaixo uma tabela, feita a partir de dados levantados por Bezerra⁴⁴, e referentes às mencionadas casas comerciais de Aracati, então conduzidas por judeus:

⁴¹ TAKEYA, Denise Monteiro. **Europa, França e Ceará**: origens do capital estrangeiro no Brasil. Natal: UFRN Universitária, 1995, p. 137.

⁴² Dados fornecidas por Takeya (1995) a partir do manuseio do Arquivo Intermediário da Casa Boris Frères, APEC.

⁴³ Conforme já mencionado pelo descendente, houve uma passagem dos Gradvohl por Camocim e Sobral.

⁴⁴ BEZERRA, Ana Paula G. **Capitalismo e elite no Ceará**: produção, distribuição e consumo de louças europeias em Aracati (1850 a 1890). 2015. 215f. Dissertação (Mestrado em História e Culturas) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

HISTÓRIA E CULTURAS

Revista Eletrônica do Mestrado Acadêmico em História da UECE.

Tabela 2 – Principais casas comerciais de estrangeiros em Aracati (século XIX)

Casa comercial	Ano de fundação	Origem dos proprietários
Benoit Lévy	1872	França
Clemente A. Bussoñs	s/d	Espanha
Gradvohl Frères	1872	França
Habsreuttinger e Cia.	1875	França
J. Klein e Figueiredo	1875/1879	França
Levy Frères	1870	França
Weill e Cia.	1872	França

Fonte: BEZERRA, Ana Paula G. **Capitalismo e elite no Ceará:** produção, distribuição e consumo de louças europeias em Aracati (1850 a 1890). Dissertação de Mestrado em História e Culturas. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2015, p. 119 e 153.

De acordo com a tabela anterior, verifica-se a presença relevante de comerciantes franco-judeus na cidade de Aracati, no período aqui contemplado (a única exceção sendo a do espanhol Clemente Bussoñs). Destaca-se a firma *J. Klein e Figueiredo*, pertencente ao judeu alsaciano Jacques Klein e ao aracatiense Antônio Rodrigues da Silva Figueiredo. Como já mencionado nesse trabalho, a data provável de chegada de Jacques Klein ao Aracati se deu por volta de 1870/1871. Isso decorreu por conta de sua idade (18/19 anos no período) e pelo dever inescapável do alistamento no Exército Alemão. Além disso, a emancipação proporcionada aos judeus pelo governo francês e o estabelecimento/permanência de outros conterrâneos na região, certamente influenciaram nas suas escolhas. Tais motivos se repetiram no processo emigratório de Gerson Gradvohl e seus irmãos (entre 1864 e 1872), bem como também no caso de Myrtil Meyer e seus tios (entre 1870 e 1897). A única exceção do pequeno grupo foi a dos sobrinhos de Jacques Klein, Henri e Albert Klein, posteriormente chegados entre 1912 e 1914.

Desse modo, os judeus mencionados formaram, junto com outros, uma pequena colônia franco-judaica em Aracati. Não se tem notícia de nenhuma mulher nesse grupo, sendo a única exceção a esposa de Gerson Gradvohl, a Sra. Elise Gradvohl (antes Elise Nathenson), judia de origem romena⁴⁵. Durante a presente pesquisa, não foi possível encontrar registros fotográficos dos Gradvohl em Aracati. Porém, obtiveram-se imagens de um dos filhos de Gerson Gradvohl, Leon Gradvohl, que acabou por radicar-se em Fortaleza, sucedendo, mais tarde, ao pai nos negócios.

⁴⁵ Informação colhida junto aos descendentes.

A Estrela Oculta na “Terra do Sol”

Diante da narrativa até aqui tecida, chegaram esses franco-judeus à cidade de Aracati. Nela, começaram a trabalhar duro para construir seu pequeno pedaço de “Terra Prometida”, lugar de abundância e felicidade presente no imaginário da etnia judaica, que quase sempre foi, ao longo da História, perseguida por questões religiosas e marcada pelas diásporas⁴⁶ advindas dessa problemática.

Sendo assim, esses judeus chegados ao Brasil passaram a enfrentar os desafios e tensões comuns aos projetos imigratórios, intensificados, no seu caso, pela pertença a uma religião de matriz não-cristã. De acordo com Geiger⁴⁷, as inúmeras vivências históricas do espaço apresentam aspectos relevantes para a concretização da relação sociedade-espaço. Não se trata apenas do fato de que os israelitas oscilaram, durante longos períodos, entre processos vividos de diásporas locais e internacionais, mas, sobretudo, pelo componente da busca por uma soberania territorial. Isso é corroborado pela *Torá* (livro sagrado judaico), que descreve uma trajetória de mais de 2.500 anos do povo judeu em busca de uma territorialidade, expressada numa relação homem-espaço, que gera uma problemática ligada ao mundo-lugar.

Ainda segundo o citado autor, a partir dessa relação entre homem-terra, o indivíduo judeu procurou criar sua própria identidade. É nesse conflito espacial dialético que se compreende o conceito de “espaço” como um produto social que possui estruturas, formas e formatos historicamente construídos. Essas estruturas, formas e formatos podem resultar em construções materiais como um bairro ou uma cidade, ou mesmo em construções abstratas, como, por exemplo, a forma e a dimensão de uma nação.

Também sobre o conceito de “espaço”, é Santos⁴⁸ quem ilustra ser ele constituído de sistemas de ações e de objetos, assim como de intencionalidades. Portanto ele é dinâmico, pois se apresenta de maneira constante na reformulação do uso do território, em cada desenrolar histórico. O “espaço” é a síntese, sempre fluida, entre o conteúdo social e as formas espaciais.

Sobre esse espaço, a comunidade judaica demarca, territorialmente, suas intencionalidades, introduzindo práticas que lhe são pertinentes. Essas práticas trazem

⁴⁶ Deslocamentos forçados.

⁴⁷ GEIGER, P.P. O povo Judeu e o Espaço. *Território*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 85-104, jul./dez. 1998.

⁴⁸ SANTOS, M. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: EDUSP, 2002.

elementos de sua cultura originária e agem sobre o novo território, recriando uma nova psicosfera política, social, religiosa, cultural e econômica. Através dessa dinâmica, o indivíduo judeu organiza e tece para si um novo lugar. Sobre esse processo, é Póvoa quem menciona:

Crê-se que a produção desse espaço judaico resulta da ação do judeu, por meio dos objetos artificiais inseridos por ele mesmo e que fazem parte da sua realidade. O objeto ou ação que, se instalado no lugar, se fixa no tecido preexistente [...] As instalações dos objetos e das técnicas refletem-se na vida cotidiana do judeu, tanto internamente quanto externamente, desse modo o lugar passa a ser singular e não mais plural, já que as instalações vinculam-se a uma “identidade” que se distingue nas estruturas espaciais dos comércios, dos costumes e nas instalações das sinagogas, ou seja, há um outro e novo estilo de vida [...] Nas relações externas (do judeu para com o não-judeu/de seu “mundo em comunidade” para com o “mundo em sociedade”), criam-se novos hábitos, o que denominamos de um lugar social ou realidade social⁴⁹.

Desse modo, os judeus estabelecidos na cidade de Aracati, no período aqui estudado, começaram a construir seus “espaços” ou “lugares sociais” nas teias relacionais locais. Nesse processo, certamente o senso de solidariedade e de destino comum permeou as relações entre esses emigrados - o que Franklin⁵⁰ chama de “cultura migratória”. Tais laços de apoio mútuo são fundamentados numa interdependência objetiva que existe entre as diferentes comunidades espalhadas pelos cinco Continentes. Isso se dá por conta de serem os judeus uma minoria, além de estarem sempre a enfrentar o desafio de preservar sua cultura e traços identitários/religiosos em meio a sociedades de maioria cristã e laicizadas politicamente. Dessa forma, é face ao enfraquecimento contínuo de muitos elementos de sua cultura tradicional, que são substituídos, paulatinamente, pelas normas universalistas da sociedade acolhedora, que se coloca o problema de identificação (ou da perda de identificação) dos judeus.

Acerca do tema da inserção dos judeus, Rattner⁵¹ lembra ainda que, em consequência do desenvolvimento capitalista e da liberação dos regimes políticos na Europa do século XIX, as portas das Universidades e as diferentes carreiras abriram-se aos judeus, iniciando-se também um movimento sempre crescente de casamentos mistos⁵², cuja frequência era sempre proporcional ao grau de desenvolvimento

⁴⁹ PÓVOA, Carlos Alberto. Uma abordagem da ambivalência cultural do judeu no espaço do não-judeu: a construção do lugar. *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 19-32, jul./dez. 2008, p. 21-22.

⁵⁰ FRANKLIN, Ruben Maciel. “Gallegos”, “gombadres” e negócios: os imigrantes libaneses na praça mercantil da cidade de Fortaleza – CE (1890 – 1930). 2011. 189f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

⁵¹ RATTNER, H. *Tradição e Mudança*: a comunidade judaica em São Paulo. São Paulo: Ática, 1977.

⁵² Casamentos entre judeus e não-judeus (*goim* ou gentios).

HISTÓRIA E CULTURAS

Revista Eletrônica do Mestrado Acadêmico em História da UECE.

econômico e cultural de um país ou região. Diante disso, os judeus fixados em Aracati, por terem convivido em espaços que podem ser chamados de híbridos (lugares onde sua cultura originária mesclava-se com a local), acabaram também por incorporar alguns modos de pensar e viver da sociedade gentia (não-judaica). Porém, ao mesmo tempo, esses indivíduos procuraram não fugir de suas raízes, tentando manter, na medida do possível, uma espécie de comunidade (*Ishuv*, em hebraico). Sobre as comunidades judaicas, afirma Cordeiro⁵³ ser muito difícil, talvez até mesmo quase impossível, ser um judeu completo vivendo fora do *Ishuv*. Isto se daria não apenas pela constante ameaça da assimilação e do esquecimento das próprias tradições, mas também pela impossibilidade do cumprimento dos deveres comunitários que todo judeu tem.

Ora, sabe-se que entre o pequeno grupo de judeus franceses estabelecidos em Aracati não havia qualquer rabino. Aliado a esse fato, a ausência de mulheres judias solteiras também intensificou as dificuldades no que diz respeito ao estabelecimento de uma comunidade judaica plena. Além disso, para que essa comunidade funcionasse a contento, também deveria existir uma sinagoga (templo judaico). Não há nenhum registro de sinagogas em Aracati, no recorte aqui contemplado. Mas, se porventura essa pequena comunidade tivesse tomado a iniciativa de erguer uma, ela certamente se pareceria com a da imagem a seguir, exemplo típico de templo *asquenazita* (os judeus da Alsácia-Lorena eram *asquenazitas*, isto é, judeus há muito estabelecidos no Continente Europeu e na Rússia):

⁵³ CORDEIRO, Hélio Daniel. *O que é Judaísmo?* São Paulo: Brasiliense, 2002.

HISTÓRIA E CULTURAS

Revista Eletrônica do Mestrado Acadêmico em História da UECE.

Figura 1 - Interior da sinagoga *Kehilat Israel*, situada em São Paulo, no Bairro do Bom Retiro (foto tirada nos anos 50/60). Foi a primeira construída pela comunidade judaica paulistana, em 1912. Possui características de uma sinagoga *asquenazita*, dada a sobriedade de seus ornamentos.



Fonte: site do Memorial da Imigração Judaica de São Paulo (<http://www.memij.org.br>).

Observando-se a imagem anterior, percebem-se alguns elementos no altar: a figura dos leões (Leão de Judá), símbolo das doze Tribos de Israel, protegendo o rolo da *Torá*, livro sagrado dos judeus. No centro e nas laterais estão os *menorás*, candelabros sagrados, que possuem sete braços e são frequentemente encontrados nos serviços religiosos judaicos. Os homens presentes na foto usam *kipás* (pequeno chapéu usado em ocasiões solenes, como forma de respeito a Deus) e xales cerimoniais. Note-se a austeridade do edifício, muito branco e com poucos ornamentos, típico de templos *asquenazitas*. Quanto à importância da sinagoga para as comunidades judias, é Cordeiro, mais uma vez, quem esclarece sobre o assunto:

O termo “sinagoga” significa lugar de reunião e deriva do hebraico *beit há-knesset*. Segundo especialistas, a instituição sinagoga surgiu durante o exílio dos judeus na Babilônia, por volta do século VI a.C. como resposta à ausência do Templo de Jerusalém. Ao longo da História, o papel da sinagoga dentro da religião judaica cresceu, a ponto de ocupar hoje lugar de destaque em todas as comunidades. Decretos rabínicos proibiam os judeus de viver em cidades onde não houvesse ao menos uma sinagoga. Além de ser o local onde os judeus se reúnem para o serviço religioso, a sinagoga tem a função de local de instrução religiosa para as crianças, de cursos e palestras para adultos com os mais variados temas, de reuniões sociais juvenis, para a cerimônia de circuncisão (*brit milá*), *bar* e *bat-mitzvá* (maioridade religiosa do menino e da menina judeus, aos 13 e 12 anos de idade, respectivamente) e casamentos⁵⁴.

⁵⁴ CORDEIRO, Hélio Daniel. *O que é Judaísmo?* São Paulo: Brasiliense, 2002, p. 90-91.

Diante disso, vê-se a extrema relevância da sinagoga dentro das comunidades de judeus. Como não existia nenhum templo judaico na Aracati do período, tiveram esses indivíduos que lidar com tais limitações de maneira privada, procurando, na medida do possível, honrar as tradições e exigências de sua religião. Para além desse fato, estavam inseridos numa sociedade de maioria esmagadora cristã e católica. Desse modo, a manifestação pública de sua fé poderia despertar reações de preconceito ou estranhamento, levando-se em consideração as pequenas proporções da cidade e também a ainda forte influência do catolicismo nas mentalidades de então.

Alguns depoimentos dos descendentes demonstram a postura discreta desses indivíduos no que concerne às suas práticas religiosas. Ao ser indagada sobre suas lembranças acerca do avô praticando algum ato religioso judaico, é a neta mais velha de Myrtil Meyer, Heloísa Meyer Alves Facó (já qualificada⁵⁵), quem menciona:

[...] O jejum sim... Fim de ano toda a vida ele praticou. As sobrinhas e as irmãs telefonavam da França: "Olhe Myrtil, o jejum!". Eu não lembro mais o dia do ano⁵⁶, mas é quando sai a primeira estrela, eles ficam dentro de casa... O vovô só bebia água até o dia seguinte quando saía a primeira estrela. Depois era um banquete!⁵⁷

Percebe-se então, nas práticas do avô narradas pela neta, o cultivo, de forma privada e familiar, das práticas herdadas de sua religião natal. Pela descrição do jejum e do banquete, Myrtil Meyer comemorava as importantes datas do judaísmo referentes ao *Rosh Hashaná* (Ano-Novo judaico) e ao *Iom Kipur* (Dia do Perdão). O jejum é praticado no período entre as duas datas. Ao final, tem-se a tradição de oferecer um farto banquete. No que tange aos costumes e à alimentação⁵⁸, sabe-se que também esses judeus tiveram que lidar com isso de forma apaziguadora, juntando elementos de sua cultura e religião originárias, com os costumes da sociedade que os acolheu. É o memorialista Silva o narrador de uma passagem bastante pitoresca, ocorrida com Alberto Jacques Klein, único filho de Jacques Klein, então sócio-gerente da firma *J. Klein e Figueiredo*:

⁵⁵ FACÓ, Heloísa Meyer Alves. **Helóisa Meyer Alves Facó**: depoimento [abr. 2012]. Entrevistador: Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior. Fortaleza: 2012. Arquivo em MP3.

⁵⁶ Referência ao ano-novo judaico, chamado por eles de *Rosh Hasahná*, data festiva que comemora o primeiro ano do calendário judaico, que difere do cristão.

⁵⁷ Comemoração do *Iom Kipur*, em hebraico significando "tabernáculos". Nessa data, que é a mais importante do judaísmo, marca-se o final dos dez dias de penitência iniciada em *Rosh Hashaná*. Dia de orações e jejum, quando, segundo a tradição, os pecados dos judeus são apagados e seu destino é selado. Depois disso tem-se um lauto banquete.

⁵⁸ A comida ingerida pelos judeus (comida *cache* ou *kosher*) deve ser cortada e preparada de forma específica, segundo os preceitos do judaísmo. Os alimentos também devem ser guardados obedecendo-se certos princípios, como o de não guardar juntos carnes e laticínios. Jamais se poderia comer carne de porco (considerado um animal sujo, rastejante), nem sangue de nenhum animal.

O senhor Alberto Klein, sócio-gerente da firma *J. Klein e Figueiredo*, **era judeu (grifo do autor)** e seus melhores fregueses (que vendiam e compravam) em sua maioria eram do sertão e dada a precariedade das estradas, as chegadas dos comboios eram imprevisíveis. Aconteceu por circunstâncias que uma caravana de carroças e éguas que transportavam mercadorias regionais para serem comercializadas aqui, chegaram nos dias da Semana Santa, mais precisamente, na Quinta-Feira Maior, à tarde. Como não poderia deixar de fazer, o Sr. Alberto Klein convidou aos seus fornecedores, que também eram clientes, para almoçarem em sua casa exatamente na Sexta-Feira da Paixão. Vou abrir um parêntesis (entre os caravaneiros vinha um para ser apresentado ao diretor daquela empresa comercial, um cidadão que pretendia ser um futuro freguês daquela firma)... [...] Na hora aprazada, os convidados estavam sentados juntos a uma grande mesa, repleta de muitas comidas: carne, peixe, peru, galinha, sem faltar as frutas regionais (um lauto almoço). No meio de algumas conversas houve a devida apresentação do pretense novo cliente. Tudo decorria num clima amistoso [...] Naquele dia santificado era uma profanação comer carne. Os católicos romanos e não católicos não comiam carne naquele dia (tradição) e vez em quando o Sr. Alberto Klein dizia: “Tem carne, comam”, o que era rejeitado por todos, exceto o futuro cliente. No dia seguinte, sábado, depois que os sinos repicavam dando por encerrados os atos religiosos da Semana Santa, as portas do comércio se abriam [...] A fila de clientes não era tão grande (na *J. Klein e Figueiredo*), mas não era tão pequena [...] quando chegou a vez daquele que na refeição do dia passado tinha saboreado os bifés cheirosos e gostosos [...] que disse eu quero isto e aquilo outro e recebeu a dura resposta do comerciante judeu que disse: “A tu eu não vendo, porque enganastes a teu Deus, quanto mais a mim!⁵⁹”.

Não se sabe se o narrado anteriormente se deu exatamente assim, pois o autor não presenciou tal cena e sim, reproduziu o que ouviu contar. Mas é interessante notar a família Klein oferecendo um almoço no período da Semana Santa, data eminentemente cristã. Tal situação ilustra bem os acordos e improvisos tecidos no processo de inserção desses indivíduos. Além disso, outras informações interessantes também advêm dessa narrativa. Uma delas seria o fato de Alberto Jacques Klein se declarar judeu, informação que os descendentes não mencionam. Sabe-se que ele era casado com a senhora Gasparina Campelo Klein (segundo dados colhidos junto aos descendentes) e que a mesma era de família tradicional e católica do Aracati. Porém, o dado mencionado pelo memorialista de que Alberto Jacques Klein era praticante do judaísmo é inédito. Isso pode ser bastante plausível, dada a discrição com que esses indivíduos conduziam suas questões religiosas. Além do mais, foi constatado em todas essas uniões mistas, o fato de que, no que concernia à educação religiosa dos filhos, os pais judeus terem delegado às suas esposas a opção de manter ou não o judaísmo na formação de suas proles. Quem sabe a mãe de Alberto Klein, Caetana Porto Klein (conforme depoimentos da família Klein), por ser ele filho único do casal, tenha aberto a concessão de criar o filho livre para optar por sua religião, que acabou sendo a paterna.

⁵⁹ SILVA, José Correia da. **O Aracati que eu vivi**. Mossoró: GL Gráfica e Editora, 2011, p. 26-27.

HISTÓRIA E CULTURAS

Revista Eletrônica do Mestrado Acadêmico em História da UECE.

Essas uniões mistas, como se vê, também continham muitas problemáticas, ligadas não só ao campo da religião, mas também ao dos costumes, acordos e alianças estabelecidos. Tais casamentos mistos ocorreram entre os judeus alsacianos radicados em Aracati e moças locais. Isso se deu pela absoluta ausência de moças judias disponíveis com as quais poderiam se unir. A regra, dentro dos grupos judaicos, é o casamento intragrupo, isto é, o casamento entre pares da mesma fé. De acordo com Blay⁶⁰, de um modo geral, o casamento entre judeus imigrantes se dava, na maior parte dos casos, com parceiros do próprio grupo étnico e até de mesma origem nacional. Ainda segundo a mencionada autora, o casamento religioso era e é legítimo. Não é necessária a ratificação legal, basta o ritual feito sob a *Hupá* (pequeno pálio erguido sobre os nubentes durante a cerimônia), de preferência ao ar livre e consagrado por um homem que saiba ler os livros sagrados. O divórcio (*guet*) é bíblico, e sempre foi permitido, independentemente das leis brasileiras. Já o rompimento do noivado ou da promessa de casamento era ato gravíssimo, partisse do homem ou da mulher.

De qualquer modo, esperava-se que o casamento ocorresse entre judeus. Porém, quando a união se dava com um rapaz ou moça de fora da comunidade, a aplicação de algum tipo de penalidade era bem comum. Sobre essas uniões indesejadas, é ainda a já mencionada Blay quem cita o depoimento elucidativo de Elisa Tabacow, judia radicada em São Paulo no início do século XX, e que versava acerca das desventuras da filha de uma família judia amiga:

[...] Uma das filhas era uma beldade [...] E essa beldade, eles achavam que ela desandou porque se juntou com um homem que não era judeu, e eles não quiseram mais saber dela. Nunca mais a gente soube... Eu nunca a conheci, só sabia da história que contavam, que era muito linda [...] Era como se tivesse morrido. Algumas famílias chegavam a se considerar enlutadas quando uma filha se casava com um não judeu. Contar e recontar o caso daquela que desobedecia ao código de casamento intracomunitário fazia parte da didática da punição. Ser relegada ao esquecimento correspondia ao isolamento, à morte⁶¹.

Vê-se então o quanto as famílias judias procuravam evitar os casamentos fora de suas comunidades, temendo, sobretudo, a perda ou diluição de sua fé e cultura originárias. Dentre os judeus emigrados da Alsácia para Aracati, tem-se notícia de que Myrtil Meyer foi alvo de pressões familiares que o preveniram sobre o indesejado dessas uniões: sua mãe, Mathilde Levy Meyer, quando da partida do filho para o Brasil, fez a seguinte recomendação:

⁶⁰ BLAY, Eva A. Gênero, resistência e identidade: imigrantes judeus no Brasil. *Tempo Social* – Revista de Sociologia da USP, v. 1, n. 2, 2009.

⁶¹ TABACOW apud BLAY, Eva A. Gênero, resistência e identidade: imigrantes judeus no Brasil. *Tempo Social* – Revista de Sociologia da USP, v. 1, n. 2, 2009, p. 248.

HISTÓRIA E CULTURAS

Revista Eletrônica do Mestrado Acadêmico em História da UECE.

A *grand mère* (avó) disse: “Pois você vá! Vá me fazendo duas promessas... Primeiro não se case com góí (gentia, não-judia) e segundo não deixe de ser judeu!”. Aí ele disse: “Mamãe, eu nunca na vida vou deixar de ser judeu! E também me casar com góí não vou não! Eu quero *faire l’Amérique!*”⁶²

Percebe-se claramente, analisando-se o depoimento anterior, o temor dos pais em relação às uniões dos filhos emigrados para países de maioria cristã. Porém, apesar das admoestações da mãe de Myrtil Meyer, não foi possível escapar ao destino de um casamento misto, pois, como já dito, não havia moças judias solteiras nesse pequeno grupo de franco-judeus. Sabe-se que Myrtil Meyer empregou-se de imediato na firma *J. Klein e Figueiredo*, segundo apontam os descendentes. Isso se deu porque certamente seus tios Levy possuíam boas relações com Jacques Klein, um dos proprietários desse estabelecimento e também judeu alsaciano. Jacques Klein era casado com Caetana Porto Klein, moça de eminente família aracatiense. Interessante notar que sua esposa era da mesma família de Philomena Porto da Silva Figueiredo, mulher do sócio de Jacques Klein, Antônio Rodrigues da Silva Figueiredo, conforme menciona o memorialista Fernandes⁶³. Provavelmente essa sociedade comercial tenha surgido a partir da proximidade familiar entre os sócios. Mais adiante, Myrtil Meyer também se uniria a uma moça da mesma família Porto, sobrinha de Sinhá (Caetana) Porto Klein: Francisca Porto. Sinhazinha Porto, como era mais conhecida, fora criada pelo casal Jacques e Caetana Klein, pois muito cedo enfrentara a orfandade. É a fala de sua neta, Heloísa Meyer Alves Facó, que ilustra sua trajetória:

[...] ela ficou sem pai nem mãe com cinco anos. Sem mãe ela ficou antes e depois ficou sem pai e a madrinha Sinhá era irmã da mãe dela e era madrinha dela. Aí pegou a sobrinha para criar. Ela foi criada pela dona Sinhá Klein, casada com o pai do Alberto Klein, pai do Jacques Klein, o pianista [...] Era Jacques Klein! Aqui tem aí naquele livro uma referência a ele. Ele foi comerciante muito forte no Aracati⁶⁴.

Desse modo, o fato de Myrtil Meyer trabalhar para Jacques Klein, além de serem de mesma origem e, portanto, provavelmente frequentarem os mesmos espaços sociais, deve ter facilitado o contato entre Myrtil Meyer e Francisca Porto. Por outro lado, seguramente Jacques Klein fez gosto com a união, posto que casava sua sobrinha com um conterrâneo já possuidor da fama de trabalhador e honesto, além de pertencente à sua etnia. O casamento ocorreu, possivelmente, no ano de 1901, tendo em vista que a filha mais velha do casal, Lucy Meyer, nasceu em setembro de 1902. Abaixo, têm-se fotografias do casal, ainda bem jovem, na cidade de Aracati:

⁶² FACÓ, Heloísa Meyer Alves. **Heloísa Meyer Alves Facó**: depoimento [abr. 2012]. Entrevistador: Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior. Fortaleza: 2012. Arquivo em MP3.

⁶³ FERNANDES, Leônidas Cavalcante. **Aracati**: o que pouca gente sabe. Rio de Janeiro – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2006.

⁶⁴ FACÓ, Heloísa Meyer Alves. **Heloísa Meyer Alves Facó**: depoimento [abr. 2012]. Entrevistador: Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior. Fortaleza: 2012. Arquivo em MP3.

Figura 2 – Myrtil Meyer e Francisca Porto Meyer, Aracati, anos 10 do século XX.



Fonte: acervo particular de Heloísa Meyer.

O casamento de Myrtil Meyer com Francisca Porto sedimentou a sua inserção na sociedade aracatiense, sendo ela moça de família de posses e bem relacionada na comunidade local. Não se sabe se esses casamentos mistos se deram apenas na esfera civil. É bastante provável que tenha havido um rito de casamento católico, posto que essas moças eram filhas de famílias tradicionais e católicas da região. Sobre essa questão, é a neta de Myrtil Meyer, Daisy Meyer Cavalcanti de Albuquerque (71 anos, aposentada), quem menciona:

Olha, esse detalhe eu não sei, não sei lhe responder. Mas que eles casaram civilmente; casaram, porque ela usava o sobrenome dele. Agora no religioso eu não sei, mas acredito que sim, porque na época não se concebia uma moça, assim de família, casar só no civil. É... Eu acredito que eles tenham casado no religioso⁶⁵.

Sobre o pensamento da Igreja Católica acerca dos casamentos mistos, Winnischofer⁶⁶ menciona a existência de uma série de interdições, como as determinadas pelo *Código Canônico de 1917*⁶⁷, onde os católicos não poderiam, de forma alguma, casar num rito religioso que não o Católico Apostólico Romano. Além disso, havia também a exigência de que os filhos de casais mistos fossem criados

⁶⁵ DE ALBUQUERQUE, Daisy Meyer Cavalcanti. **Daisy Meyer Cavalcanti de Albuquerque**: depoimento [nov. 2012]. Entrevistador: Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior. Fortaleza: 2012. Arquivo em MP3.

⁶⁶ WINNISCHOFER, Cristina Takatsu. **Casamentos entre católicos romanos e judeus**: desafios de conviver com diferentes tradições religiosas e o de orientar os filhos na sua formação espiritual. 2009. 156f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Humanidades e Direito, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP, 2009.

⁶⁷ Em 1904, o papa Pio X solicitou uma completa codificação do direito canônico da Igreja Católica Romana. Este projeto complexo, envolvendo uma comissão de aprendizado de teólogos e historiadores da Igreja, foi completado em 1917 (fonte: <http://www.freifranco.com.br/2015/03/codigo-de-direito-canonic-pio.html>, acesso em 20/10/2017).

HISTÓRIA E CULTURAS

Revista Eletrônica do Mestrado Acadêmico em História da UECE.

dentro da religião católica. Tais restrições só foram abolidas recentemente, com o advento da carta apostólica *Motu Proprio, Matrimonia Mixta*, de 1970, na qual o Papa Paulo VI retirou as penas estabelecidas pelo mencionado Código.

Como se vê, a hegemonia da religião católica, no Brasil de então, condicionou muitas das atitudes tomadas por esses forasteiros judeus. Essas questões certamente estiveram presentes nas uniões mistas da família Klein. Sabe-se que a primeira delas se deu entre Jacques Klein e Caetana Porto. As imagens abaixo trazem instantâneos do casal:

Figura 3 – Jacques Klein e Caetana Porto Klein, Aracati, décadas iniciais do século XX.



Fonte: acervo da família Klein e de Netinho Ponciano.

Não se sabe exatamente quando se deu o casamento entre Jacques e Caetana Klein. Porém, seu único filho, Alberto Jacques Klein, nasceu em 1891. Quem faz menção a esse fato é o memorialista Bezerra⁶⁸: “Jacques [...] casou-se com Caetana – apelidada de “Sinhá” – uma bela jovem da família Porto. Deste casamento nasceu seu único filho, em 1891, batizado Alberto Jacques”.

Ainda sobre essa união mista, há um trecho narrado por outro memorialista de Aracati e que faz alusão ao citado casal:

Jacques Klein, judeu francês de origem alemã, radicado no Aracati, riquíssimo, era casado com D. Sinhá Porto (Caetana Porto), também de família muito rica. Uma manhã, chega em seu escritório uma de suas domésticas, que disse:
- “Seu Jacques, a Dona Sinhá mandou buscar 20 mil réis”.
- “Diga a ela que não tenho” – respondeu Jacques, que para gastar um vintém passava dois minutos aflito.

⁶⁸ BEZERRA, Agamenon. **Jacques Klein**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2006, p. 15.

HISTÓRIA E CULTURAS

Revista Eletrônica do Mestrado Acadêmico em História da UECE.

A doméstica deu meia-volta e desapareceu. Jacques, que atendia a um comerciante de Fortaleza, sem nenhuma cerimônia, vira-se para seu contador, Sr. Marques, que ouvira a conversa com a doméstica, e diz:

- “Vou lá para dentro do armazém; se a Sinhá aparecer, diga que saí e que não tem dinheiro!”.

Mais cinco minutos, D. Sinhá chega, pergunta pelo marido e o infeliz contador diz que ele saiu. Ela diz:

- “Dê-me 25 mil réis”.

O contador contou rapidinho o dinheiro, entregando-o a ela. Jacques, escondido, escutara parte do diálogo. Quando notou que a mulher saía, aparece e pergunta à meia voz:

- “Ela já saiu?”

- “Já!” – respondeu o Sr. Marques.

Jacques levanta a voz e exclama:

- “Mas você não deu dinheiro a ela!”

- “Claro que dei e não poderia negar, pois ela também é minha patroa!”

- “Você é um covarde! Eu não tinha dado ordens para dizer que não tinha dinheiro?”

- “Seu Jacques, pelo amor de Deus, com que cara eu ia dizer à sua mulher que não tinha dinheiro nesse escritório?” – choramingou o contador.

Jacques esbravejou por mais de cinco minutos. E o contador, coitado, caladinho, caladinho... Essa cena foi presenciada pelo Sr. Hugo Vieira Cavalcante, o comerciante de Fortaleza que ali estava a negócios⁶⁹.

Percebe-se, pela narrativa anterior, alguns elementos que são costumeiramente associados aos judeus, como a avareza. Não se pode precisar se tudo transcorreu exatamente assim, ou se a reprodução do ocorrido foi acrescentando camadas de galhofa e pilhéria ao evento. Contudo, certamente esses estrangeiros passaram a compor o repertório de “causos” que faziam parte da memória da cidade, seja por serem notórios comerciantes bem-sucedidos, seja por pertencerem à outra matriz cultural e étnica.

Diante do exposto anteriormente, nota-se que a inserção desses franco-judeus na sociedade acolhedora envolveu uma série de particularidades, sobretudo por conta da etnia e religião às quais pertenciam. As práticas religiosas inerentes ao judaísmo foram relegadas à esfera domiciliar, sempre com muita discrição. Os casamentos, com muita probabilidade, ocorreram em templos católicos, sendo os pais judeus, pelas leis canônicas de então, sido obrigados a educar sua prole nos ritos e crenças do catolicismo. Esses e muitos outros foram os desafios enfrentados por esses impetuosos forasteiros, que aportaram no Ceará do século XIX dispostos a erguer com as próprias mãos seu pedaço de Terra Prometida.

⁶⁹ FERNANDES, Leônidas Cavalcante. **Aracati**: o que pouca gente sabe. Rio de Janeiro – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2006, p. 74-75.

Conclusão

Ao se examinar a bibliografia existente sobre a história dos judeus em terras brasileiras, nota-se um grande volume de estudos concentrados no Período Colonial, especialmente durante a Ocupação Holandesa e as Visitas Inquisitoriais. Felizmente, nos últimos anos, tem-se detectado um aumento dos estudos que abordam esse tema em outros períodos históricos e em localidades que fogem do recorrente eixo Bahia-Pernambuco-Rio de Janeiro. Porém, não se pode esquecer que, muitas vezes, tal se deu pela facilidade da existência dos (parcos) arquivos desses Estados que possuem material para a pesquisa da etnia judaica e de seus movimentos pelo país.

Além disso, não se deve deixar de levar em consideração as peculiaridades das pesquisas que envolvem os judeus e que dizem respeito às dificuldades em achar e coletar materiais que possam servir como fonte para o desenvolvimento dessa temática: muitas famílias descartam documentos, desconhecendo a importância desse material para a posteridade. Apesar de tudo isso, tem-se registrado a ocorrência de alguns trabalhos de relevância fora do mencionado eixo. Porém, para se falar das diásporas judaicas mundo afora, deve-se tocar, especialmente nos recortes temporais que abrangem a Era Contemporânea, a recente História da Europa. Não é possível falar de movimentos migracionais do século XIX sem explicar as razões que os desencadearam. Do mesmo modo, também não é possível falar do Velho Mundo desse contexto sem contemplar a ascensão vertiginosa e poderosa do capitalismo industrial e das novidades tecnológicas.

Esse admirável mundo moderno e veloz, que então se desenhava, ergueu suas bases a partir de uma nova sociedade de classes, inserida em novas formas de produção, trabalho, consumo e convívio social. Esse novo *modus operandi* relacional trazia a lógica do liberalismo econômico e dos Estados aburguesados e laicizados, ávidos por unir dinheiro, política e progresso. Os judeus que viveram a modernidade libertaram-se do peso do Antigo Regime, sendo então cidadãos inteiros e plenos, sobretudo em países como a França e a Inglaterra. Não à toa esse período testemunhou o que muitos autores chamam de as “grandes migrações”. Dessa forma, essa nova condição deu-lhes asas para alçarem inéditos e longos voos, que também não só foram estimulados por sua emancipação, mas também pela economia mundial que se transformava de modo atordoante e pelos imperialismos geopolíticos europeus.

HISTÓRIA E CULTURAS

Revista Eletrônica do Mestrado Acadêmico em História da UECE.

Para falar das trajetórias desses emigrados, optou-se por narrar, nesse trabalho, as aventuras migratórias e escolhas de vida de um pequeno grupo de judeus franceses que se estabeleceu no Ceará. Tal pesquisa só foi possível através da garimpagem de diversas fontes, que abrangeram entrevistas, notícias de jornal, fotografias, anúncios propagandísticos, dados estatísticos, arquivos oficiais, almanaques comerciais e bibliografia correlata. Unindo-se todos esses dados, elaborou-se uma narrativa que tentou elucidar os motivos pelos quais esses indivíduos radicaram-se em Aracati e outras cidades cearenses, além de se tentar demonstrar as peculiaridades da inserção desses sujeitos em uma cultura tão distinta da judaico-europeia.

Por fim, constatou-se que as amizades com conterrâneos e locais, bem como os casamentos com moças bem-nascidas, proporcionaram uma escalada social que viabilizou a fundação de negócios extremamente lucrativos. Esses empreendimentos trouxeram um maior dinamismo à economia local, conectando praças e alimentando de novidades estrangeiras a outrora acanhada província. Foram, em grande medida, impetuosos protagonistas do “processo civilizacional capitalista”, que então se espriava. Contudo, esses emigrados também eram, além de capitães do empreendedorismo, avôs e pais carinhosos. Algumas das lembranças coletadas falam de canções alsacianas murmuradas baixinho, numa língua incompreensível. Falam do vento batendo no lustre da sala, do aroma dos bolos da culinária francesa, da tradição estranha de se procurar uma estrela no céu. Falam de risos e de lágrimas. Falam do humano. Da carne e do odor de gente, matéria-prima do trabalho do historiador.